


CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO CATORZE (2017-2021) DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CAR-
REGAL DO SAL, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DO
ANO DE 2019.**

—Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.

—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e trinta minutos.

—Foi registada a falta, justificada, do membro da Assembleia Municipal, Francisco Azevedo Silva, tendo sido substituído, nesta sessão, pelo membro José Figueiredo Castanheira. —

—A Assembleia Municipal estava constituída pelos vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, José Figueiredo Castanheira, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro.



———— **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** ————

———— Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva e Ana Cristina Silva Sousa Borges. Foi verificada e registada a falta do Vereador Toni Serge Costa Ribeiro. ————

———— **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** ————

———— O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado e expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: —

———— **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** ————

———— 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. ————

———— **ORDEM DO DIA** ————

———— **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** ————

———— APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ————

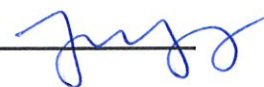
———— **3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** ————

———— APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018. ————

———— **4. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** ————

———— 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ————

———— **5. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL** ————



———REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DOS DONATIVOS FINANCEIROS –
CONTA SOLIDÁRIA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———6. **PROVEDOR DO MUNÍCIPE**———

———APRECIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ATIVIDADE DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE, RE-
FERENTES AOS ANOS DE 2017 E 2018.———

———7. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**———

———ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.———

———De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes
deliberações:———

———**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA**———

———1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.———

———**APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**———

———O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto
de ata da sessão ordinária, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove,
que tinha recebido contributos, que depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os mem-
bros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação. ———

———Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de fe-
vereiro de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria com seis votos contra dos membros
Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Casimiro Alves Martins Loureiro, António Ma-
nuel Lopes Batista. Sandra Cristina Oliveira Cortês, Manuel António Tavares Santos e José
Manuel Lopes Flório e duas abstenções dos membros Diego Enrique Rodrigues Garcia e
Carina Isabel Pereira Pessoa e doze votos a favor dos restantes membros. ———

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após cumprimentos, justificou o voto contra da

ata em análise, situação ímpar e singular, mas que tal se tinha ficado a dever com as imprecisões plasmadas na página oito, a propósito da intervenção do membro José Manuel Lopes Flórido, na medida em que o que se encontra escrito não corresponde minimamente ao que o membro da Assembleia Municipal disse nessa sessão. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Após cumprimentos, usou da palavra para afirmar que era a primeira vez que votava contra uma ata, mas a verdade é que apenas cinquenta por cento do que tinha dito se encontrava transcrito na ata, sentindo-se no direito de votar contra.

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após cumprimentos, dirigiu-se à Mesa e perguntou se o projeto da ata não esteve à disposição dos membros da Assembleia Municipal, para que estes pudessem pedir a retificação, correção, modificação ou acrescento. Recordou que em situações anteriores, ele próprio tinha solicitado a alteração/correção e a Mesa prontamente acedeu a aceitar essas correções. Concluiu, pedindo informação sobre se tinha havido, da parte do membro José Manuel Lopes Flórido, alguma tentativa para corrigir o texto da ata e em caso afirmativo qual a razão para tal correção não ter sido feita. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para informar que a Mesa tinha enviado os projetos de ata aos membros da Assembleia Municipal para contributos, tinham sido rececionadas duas propostas de alteração, prontamente aceites; os projetos de ata tinham sido reenviados com essas propostas de alteração e agora estavam votação. —

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Voltou a usar da palavra para afirmar que não era habitual ler as atas, por ter uma vida muito ocupada e não ser funcionário público para ter esse tempo para o efeito, sendo a primeira vez, em vinte anos, que vota contra uma ata. Os funcionários públicos têm todo o tempo, pois são os impostos de todos que lhes pagam os vencimentos e iria votar contra por o terem chamado à atenção para o conteúdo da ata, tendo procedido à sua leitura e não concordando com a mesma. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Voltou a usar da palavra para, pedindo



desculpa à Mesa e aos membros da Assembleia Municipal, afirmar que se estava a enveredar por um diálogo em nada aceitável e nada democrático. Disse haver pessoas que não professam os direitos da democracia e da liberdade e que não se deve tentar misturar o que não é misturável, pois o que foi dito nada tem a ver com o serviço público ou serviço privado, questionando sobre o número de horas que trabalhadores como ele dedicam à causa pública, para além do que é estabelecido legalmente. Referiu que não aceita o modo como o membro José Flório tinha conduzido a sua intervenção, mencionando que a mesma tinha ultrapassado os limites da razoabilidade em relação ao seu comportamento e respeito que deve ter para com os membros desta Assembleia Municipal. _____

_____ *José Manuel Lopes Flório* – Usou da palavra para se dirigir ao membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e referir que não iria rebater a sua intervenção, mas que sabia onde ele queria chegar, afirmando, em consequência, que o Vinte e Cinco de Abril nada lhe dizia, nunca tinha festejado esta efeméride, mas que ainda assim deveriam ser respeitadas as ideias de casa um, de modo a que a democracia fosse democracia. _____

_____ **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão extraordinária realizada no dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, que tinha recebido contributos e que, depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os membros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação. _____

_____ Colocada em votação, a ata da sessão extraordinária realizada no vinte e dois de março de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria com duas abstenções dos membros Carina Isabel Pereira Pessoa e Nuno Miguel Pais Seabra e dezoito votos a favor dos restantes membros. _____

_____ **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.** _____

———Finda a votação das atas, nos termos atrás descritos, o Presidente da Assembleia Municipal informou que tinham sido entregues na Mesa, duas propostas, referentes a um Voto de Pesar e a um Voto de Louvor, que a seguir vão ser transcritas, cuja leitura foi feita pela Segunda Secretária, Isabel Clara Amaral Teixeira. —————

———**“VOTO DE PESAR**—————

———Tendo recentemente falecido a Carregalense Dina Veloso que, no decurso de uma, carreira, longa, contudo interrompida prematuramente, por motivos de saúde, estacando-se no panorama musical, e que m muito contribuiu para levar o nome de Carregal do Sal, quer em Portugal, quer além-fronteira, o Grupo Municipal do PSD de Carregal do Sal, propõe a aprovação de um voto de pesar, a ser endereçado aos familiares mais próximos da mesma bem como à Sociedade Portuguesa de Autores.” —————

———Colocada em votação a entrada esta proposta de Voto de Pesar, a sua admissão foi aprovada por unanimidade. —————

———Como ninguém se inscreveu para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar em votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

———**“PROPOSTA DE LOUVOR**—————

———O Grupo Municipal do PSD de Carregal do Sal, atento às diferenciações positivas efetuadas às PMES (Pequenas e Médias Empresas) do nosso Concelho, pela CCDRC, reconhecendo deste modo seu contributo positivo para um melhor desenvolvimento, propõe um voto de louvor às seguintes empresas, enquadradas nos parâmetros indicados:—————

———***PME EXCELÊNCIA 2018***-----

———Encontrus, Sociedade Hoteleira, Lda. —————

———TexlaAutomotive Têxteis, Lda. —————

———***PME LÍDER 2018***-----



———Carregal Alimentar, Comércio de Produtos Alimentares, Lda.———

———Encontrus, Sociedade Hoteleira, Lda.———

———Euroralex, Confeções, S.A.———

———Ripórtico, Engenharia, Lda.———

———TexlaAutomotive Têxteis, Lda.———

———**EMPRESAS GAZELA 2018**-----

———José Valter, Lda Comércio a Retalho de Flores, Plantas, Sementes e Fertilizantes.——

———Colocada em votação a entrada desta proposta de Voto de Louvor, a sua admissão foi aprovada por unanimidade.———

———Como ninguém se inscreveu para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Louvor em votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com duas abstenções dos membros Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e Diego Enrique Rodrigues Garcia.———

———O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejarem.——

——— Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando a sua presença em: iniciativa sobre Proteção Civil, no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal; comemoração do falecimento do Cônsul Aristides de Sousa Mendes, na Escola Básica Integrada Aristides de Sousa Mendes, em Cabanas de Viriato; aniversário da Associação Recreativa e Cultural de Pinheiro; festival do CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão, de Santa Comba Dão; audição da Páscoa do CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão, de Santa Comba Dão; Visita Pascal no Edifício dos Paços do Concelho; 25 de Abril; Concerto de Primavera da Fundação Lapa do Lobo; e Serração da Velha, em Oliveirinha, do NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha. Disse não ter sido possível a

representação na Feira da Árvore e Gastronomia de Póvoa da Pegada; aniversário da Associação Recreativa e Cultural de Alvarelhos; e aniversário do Clube dos Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal. _____

_____Ao tomar conhecimento de que o Provedor do Município, Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva, tinha sido sujeito a uma intervenção cirúrgica, desejou-lhe as melhoras e rápido restabelecimento e que regressasse depressa às suas funções, no que foi corroborado pelos presentes. _____

_____Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção e poder de síntese no uso da palavra, aquando das intervenções, para a celeridade necessária e o bom andamento dos trabalhos. _____

_____ **ADITAMENTO À ORDEM DO DIA.** _____

_____A propósito da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal informou que após a remessa da convocatória, foi solicitado pela Câmara Municipal e pelo membro da Assembleia Municipal, Diego Enrique Rodrigues Garcia, o aditamento de mais dois pontos, nos termos a seguir descritos, pelo que iria colocar em votação a possibilidade de aditamento destes dois pontos, com enquadramento e fundamento no número dois do artigo quinquagésimo do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

----- **PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- **EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL** -----

----- **CONSTITUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS, EIM, SA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- **PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

----- **BLOCO DE ESQUERDA – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – INCLUSÃO DE ANÁLI-**



SES À PRESENÇA DE GLIFOSATO NA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO (ABASTECIMENTO DE ÁGUA). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

——Colocado em votação a admissão da proposta requerida pela Câmara Municipal, a mesma foi aprovada por unanimidade.——

——Colocado em votação a admissão da proposta do Bloco de Esquerda, a mesma foi aprovada por unanimidade.——

——Face às votações, o Presidente da Assembleia Municipal informou que estavam reunidos os requisitos para se fazer o respetivo aditamento, pelo que os pontos em causa iriam passar a ser os números sete e oito, respetivamente, passando o período destinado à intervenção do público a ser o nove.——

——USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.——

——O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados:——

——*Isabel Clara Amaral Teixeira* – Após apresentação de cumprimentos, referiu que a sua intervenção tinha a ver com um problema surgido recentemente, referente à autorização de prospeção para exploração de lítio no concelho de Carregal do Sal, nomeadamente nas freguesias de Beijós, Cabanas de Viriato e Oliveira do Conde. Dirigindo-se à Câmara Municipal e ao seu Presidente, perguntou se esta entidade tinha sido contactada, solicitando, ainda, que fossem tiradas as dúvidas que existiam na generalidade dos munícipes. Afirmou que apesar do que é dito sobre a riqueza de tal exploração, nem tudo o que luz é ouro e o meio ambiente, as populações, os habitats são também muito importantes. Concluiu, reiterando o pedido de esclarecimento e do que poderá ser feito, porquanto a situação, tal como fora apresentada e publicitada, entristecera e preocupara as populações.——

——— *Manuel António Tavares Santos* – Após apresentação de cumprimentos, usou da palavra para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, desejar um rápido restabelecimento ao senhor Provedor do Município, de modo a que tão breve quanto possível possa voltar a gozar de boa saúde e possa voltar a exercer o cargo para que fora eleito. Prosseguiu a sua intervenção, referindo-se, em nome da bancada do Partido Social Democrata, às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, fazendo uma anotação em relação às mesmas. Disse ter sido uma cerimónia que não dignificou muito o Vinte e Cinco de Abril, o programa era pouco apelativo e tinha tido pouca afluência de munícipes. É verdade que o tempo também não ajudou. Não concordou com o facto de não ter havido uma revista à parada, quando os elementos das Corporações dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato e de Carregal do Sal e bem assim da Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa se perfilaram em guarda de honra em frente aos Paços do Concelho, parecendo-lhe não ter sido uma atitude correta por parte do Executivo Camarário. Mudando de assunto, referiu que iria fazer a versão dois do filme aludido pelo Presidente da Câmara, na última sessão, e, inevitavelmente, a bancada do Partido Social Democrata teria de continuar a questionar as grandes opções do plano do Executivo Camarário Filme, perguntando, de novo, como é que estavam as situações das ETAR, a Requalificação do Mercado Municipal, a Requalificação e Musealização da Casa do Passal, as obras do Parque Desportivo da Nossa Senhora das Febres e a Ecovia. Referiu que, provavelmente, o Presidente da Câmara iria responder que muitas coisas já tinham sido feitas e que andaria distraído, mas a verdade é que era naquele plenário que a bancada do Partido Social Democrata teria de ser informada. Referiu-se, de seguida, a uma outra questão, referente às vítimas dos incêndios florestais, pois tinham decorrido quase dois anos e apenas duas casas tinham sido entregues, perguntando o que é que estava a entrar a entrega das outras três. Concluiu a sua intervenção, afirmando que a bancada do Partido



Social Democrata tinha dado tempo suficiente ao Executivo Camarário para compilar e apresentar as contas da Feira da Pinha e do Pinhão, pelo que solicitava, na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o envio das contas reais, pois todos os munícipes têm o direito de saber os custos da Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal. —————

————— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para perguntar à Câmara Municipal e ao seu Presidente se existia alguma informação adicional, nomeadamente sobre estudos de impacto ambiental da prospeção e pesquisa de lítio que abrange uma parte significativa do concelho de Carregal do Sal, mais propriamente das Freguesias de Beijós, de Cabanas de Viriato e de Oliveira do Conde. Caso não esteja na posse dessa informação adicional, o seu entendimento é de que deveria solicitar, com carácter de urgência, junto do Ministério do Ambiente, Geologia e Minas, para se saber o verdadeiro ponto de situação da prospeção e eventual exploração do lítio no concelho de Carregal do Sal. Prosseguiu a sua intervenção para afirmar que, num passado recente, tinha colocado uma questão referente às condições de trabalho, pouco dignas, nas feiras dos Carvalhais, por parte dos funcionários da Câmara Municipal, situação que tinha presenciado pessoalmente. O Presidente da Câmara tinha referido que as cobranças eram casuisticamente feitas às entradas das feiras. Contudo, de acordo com a informação solicitada junto dos serviços contabilísticos, no uso da prerrogativa dada publicamente para o fazer, estava em condições de informar que apenas três feirantes, que exercem a sua atividade em Carregal do Sal e nos Carvalhais, fazem o pagamento diretamente nos serviços de contabilidade. Sobre esta matéria, o Regulamento era claro, prevendo a exceção que, atualmente, é a prática corrente. Afirmou que, com esta informação, que lhe tinha sido dada, era aligeirada e não correspondia à verdade, ou correspondendo havia necessidade de ser retificada por parte do Executivo Camarário. De seguida, referiu-se ao facto de ter havido, por parte da Câmara Municipal, no início do anterior

mandato, a atualização de taxas e tarifas, algumas com aumentos exponenciais, mas agora queria sensibilizar a Câmara Municipal para a necessidade premente e atenção especial em proceder à redução de algumas dessas taxas e tarifas, face à desertificação que se faz sentir nos municípios do Interior, nomeadamente ao nível da ocupação de espaços públicos. Referiu-se, em particular, aos espaços autorizados para instalação de esplanadas de cafés e outros estabelecimentos similares, porquanto a maioria só funciona metade do ano e a Câmara Municipal exige o pagamento integral dos doze meses. _____

_____ Concluindo a sua intervenção, referiu que, no dia anterior, tinha tido oportunidade de estar presente e participar na sessão da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, na sua dupla qualidade de Presidente das duas entidades, lançou-lhe um repto: Primeiro, para lhe dar nota que das três pessoas que ali estavam e que estiveram na referida sessão, apesar de não ter procuração, era seu entendimento de que nenhuma delas ficou satisfeita com o desenrolar dos trabalhos. Segundo, solicitava que o poder político e o funcionamento dos órgãos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões fizessem um esforço no sentido de haver um melhor funcionamento e articulação, de modo a continuar com o palmarés atribuído à Comunidade Intermunicipal, no que à realização de obras diz respeito e que o que é dito nas sessões coincida com o que, no dia seguinte, é escrito e publicado nos jornais, mostrando a página de um jornal para justificar o que tinha acabado de dizer, com especial enfoque para as obras de urgência necessárias no Hospital Tondela/Viseu. Reafirmou que o que tinha sido informado pelo Presidente da Câmara e da Comunidade Intermunicipal na sessão do dia anterior e que tinha como informação fidedigna, não era o mesmo que a notícia trazia em manchete. Disse lançar-lhe este repto, no sentido de ultrapassar certas questões que em nada beneficiam a imagem da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de modo a tornar evidente o ditado popular *de que vale muito mais o que nos une, do que aquilo que nos separa*, sendo certo

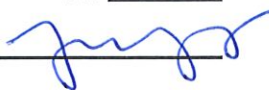


que há coisas que tem de ser a política a resolver e a política não está a resolver, manifestando o seu desagrado. Corre-se, assim, o risco de deixar passar oportunidades, tão necessárias para o bom desenvolvimento dos concelhos do Interior. Por último, questionou o Presidente da Assembleia Municipal sobre se este órgão deliberativo foi recebedor de um prospeto referente ao memorando da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, para ser distribuído pelos respetivos membros, explicando, pormenorizadamente a temática em apreço, referindo que se tal tivesse chegado às suas mãos e às dos restantes membros, de forma atempada, poderia ter contribuído para um outro entendimento e sentido de voto. O Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões deu informação de que esse prospeto tinha sido enviado para os municípios associados. Deu nota, ainda, de que, apesar das diligências do Presidente da Assembleia Intermunicipal, houve marcações simultâneas de sessões municipais e intermunicipais, não sendo o caso de Carregal do Sal, endereçando os parabéns quer ao Presidente da Assembleia Municipal, quer à Mesa pela boa articulação que tem feito nas respetivas marcações. —

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Após apresentação de cumprimentos, deu início à sua intervenção afirmando que gostaria de esclarecer algumas dúvidas que possam existir sobre o Vinte e Cinco de Abril, porque mesmo que estivesse alguém na sessão que não concordasse com a data, foi graças a ela que surgiu o Poder Local e consequentemente esta Assembleia Municipal. Referiu-se, de seguida, a duas questões ambientais que nos deveriam preocupar: Primeiro, os contínuos atentados ambientais que empresas do nosso concelho exercem sobre o nosso ecossistema destruindo assim o ambiente que é um bem coletivo, muitas vezes através de descargas diretas em condutas de águas pluviais contaminando os cursos de água e solos, situações que o Bloco de Esquerda já tinha denunciado, com a indicação da respetiva empresa. O segundo assunto era relativo às prospeções de lítio e outros

minerais que vão acontecer na região e no concelho de Carregal do Sal, conforme avisos publicados em Diário da República, no dia dezasseis de março, emanados da Direção Geral de Energia e Geologia, sob os números seis mil quinhentos e dezoito e seis mil cento e trinta e três, onde a Fortescue Metals Group Exploration requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais como o lítio, tungsténio, entre outros. As duas áreas abrangidas, “Boa Vista” e “Lobão” abrangem vários concelhos, incluindo o de Carregal do Sal, nas freguesias de Beijós, Cabanas de Viriato e Oliveira do Conde. Disse que o Bloco de Esquerda estava contra o projeto de exploração de lítio e outros minerais. As emissões de partículas em suspensão constituem o poluente de maior relevo, a par do ruído e das escorrências que contaminarão os cursos de água. A escavação e a remoção de milhões de toneladas de minério por ano, apenas a centenas de metros de distância de várias localidades do concelho, terão como consequência inevitável a poluição do ar e dos recursos hídricos. As emissões de poeiras compostas, entre outros, por sílica, podem provocar doenças respiratórias. Reconhecia que o processo ainda estava numa fase inicial, mas a oposição a este tipo de exploração também tinha que começar cedo, para que a vida das populações e das freguesias não seja prejudicada. Concluiu a sua intervenção, deixando o seu apelo a todas as entidades para chegarem a uma resolução célere na finalização da Casa do Passal, em Cabanas de Viriato, de modo a que o projeto possa trazer benefícios turísticos e culturais, apesar do custo anual de manutenção e funcionamento avultado, que poderá passar pela participação de diversas entidades. Perguntou, ainda, sobre o ponto de situação da criação do Gabinete do Cuidador Informal. —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para, na sequência do que a bancada do Partido Socialista tem vindo a fazer, felicitar as empresas distinguidas, deixando, também, um voto de felicitações ao Talho Luís, pela distinção que lhe foi atribuída, no âmbito da sua atividade e dos magníficos enchidos de excelência para o Concelho e para



a Região. Referindo-se à intervenção do Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata, afirmou que todos juntos poderiam repensar as comemorações de uma data tão importante como é o Vinte e Cinco de Abril. Deixar claro o pensamento que será importante repensar, sempre, as comemorações do Vinte e Cinco de Abril. Fez de seguida uma reflexão sobre os efeitos pré e pós Vinte e Cinco de Abril, referindo que todos devem ter memória presente, até na forma como as mensagens passam para o exterior, recordando que no período da Democracia apenas três forças políticas governaram, Partido Socialista, Partido Social Democrata e Partido Popular e, na última legislatura, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, apoiando o Governo do Partido Socialista. A verdade é que, atualmente, se verifica o distanciamento dos jovens e isso tem a ver com a forma como a política é exercida, fazendo com que apenas três por cento dos jovens pretendam votar nas eleições para o Parlamento Europeu (Eleições Europeias), de acordo com as sondagens. Disse que factos como este, devem fazer repensar todos sem exceção e pensar bem no tipo de intervenção, apropriado, a fazer em momentos importantes, como foi a Sessão Solene do Vinte e Cinco de Abril. Dirigindo-se ao Presidente do Partido Social Democrata, afirmou que este tinha aproveitado um momento extremamente importante para passar os valores da Democracia e da Liberdade, para fazer um discurso pobre e de mera gincana política o que dizia com tristeza. Foi aquilo que o Partido Social Democrata fez no Vinte e Cinco de Abril. O Partido Socialista falou sobre um ganho efetivo após a Liberdade. O ganho sobre o Serviço Nacional da Saúde. O Bloco de Esquerda falou sobre um tema da maior importância que tem a ver com as alterações climáticas, da importância a dar ao meio ambiente e a forma de garantir os recursos. O Partido Social Democrata, com exceção da lembrança de um dos nomes mais elevados da Liberdade e da luta pela Liberdade que foi Marcelo Caetano (tendo sido emendado no nome proferido, pois a pessoa em causa foi Sá Carneiro), veio aproveitar o Vinte e Cinco de Abril para fazer uma intervenção de gincana política. Concluiu, referindo

que todos terão de pensar a forma e o momento de transmitir mensagens, parecendo-lhe que o Vinte e Cinco de Abril deveria ser aproveitado para transmitir mais otimismo, sinalizando às pessoas quais são as perspetivas otimistas para a resolução dos problemas e nunca aproveitar para fazer uma manobra de gincana política. A política faz-se com agentes políticos e a proximidade só se faz se houver mérito nas ações e isso deve fazer repensar o porquê do distanciamento dos jovens em que apenas três por cento vão votar nas Eleições Europeias.

— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Após apresentação de cumprimentos, afirmou quer a sua intervenção se iria centrar em quatro pontos: O primeiro, tinha a ver com a degradação e muita perigosidade, da estrada de ligação estrada Sobral/Carregal do Sal que está em péssimo estado, questionando para quando estava prevista a sua reabilitação. Disse que o investimento do Município nas aldeias é cada vez menor e no caso a estrada é a única ligação dos habitantes do Sobral e das povoações vizinhas de outros concelhos à Vila Sede, proporcionando prejuízos para quem circula na via e para o comércio pois as pessoas da povoação de Ferreirós do Dão, por exemplo, pensarão duas vezes em vir adquirir o que precisam ao concelho de Carregal do Sal. O segundo, tinha a ver com a sinalização rodoviária em que, devido ao corte de árvores e à realização de faixas de contenção, em determinados sítios as estradas tornaram-se perigosas, necessitando de rails de proteção. Aludiu, de forma específica, à falta de sinalização adequada e guardas na ponte da estrada de Sobral/Carregal do Sal. Sugeriu que a Comissão de Trânsito fizesse uma visita e um levantamento das necessidades. O terceiro, perguntou se estava prevista a realização de novas áreas de reabilitação urbana, para localidades não contempladas em áreas anteriores. O quarto, referente aos transportes dos alunos que frequentam o ensino articulado do Carregal do Sal para o Conservatório de Música e Artes do Dão e vice-versa, perguntando se é possível a Câmara Municipal ajudar os alunos, à semelhança da prática seguida por outras Câmaras Municipais. —



———Esgotadas as inscrições, o Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal abriu novo espaço de intervenção. —————

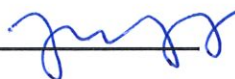
———*Manuel António Tavares Santos* – Relativamente à intervenção do Presidente da Comissão Política do Partido Socialista, disse pretender dar-lhe os parabéns por ter estado atento ao seu discurso, mas esqueceu-se de algumas coisas, tendo falado em Marcelo Caetano, quando seria Sá Carneiro; distraiu-se nalguns assuntos importantes do seu discurso, tomando agora uma posição defensiva, quando no próprio dia lhe poderia transmitir o que agora tinha dito. Prosseguiu a sua intervenção afirmando que, provavelmente, o membro Paulo Catalino não tinha nada para dizer na sessão e então lembrou-se de falar no discurso e assim sendo estava ali para lhe responder. Dizendo que todos conheciam o modo de atuar do membro Paulo Catalino naquele plenário e que não era dono da razão, mencionou que respeitava o discurso do Partido Socialista, como respeitava o discurso do Bloco de Esquerda e cada um estava no seu direito de aceitar ou não o conteúdo dos discursos havidos, mas que todos deveriam respeitar as posições uns dos outros. Afirmou que o modo de estar do membro Paulo Catalino já era conhecido que é a de querer ter sempre razão, mas a Democracia não é nada disso, pois a Democracia impõe que saibamos respeitar as opiniões uns dos outros. Assim, da forma como respeitou o discurso do Partido Socialista, este partido também deveria saber respeitar o discurso do Partido Social Democrata. Leu de seguida alguns extratos do seu discurso para rebater a referida intervenção, recordando, a propósito do distanciamento da juventude o que tinha dito sobre os princípios fundacionais do Partido Social Democrata e de outras temáticas, especialmente ao serviço das populações que representam, como o debate de ideias, a participação dos cidadãos, a promoção da justiça e da solidariedade social para todos de igual modo, o respeito pela diferença. Concluiu, referindo que tinha pena se o membro Paulo Catalino tinha ficado indignado por ter dito que haja transparência e acabe-se com o quero, posso e mando. —————

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para entender que era importante este tipo de discussões políticas e não achava que por haver posições contrárias possa vir qualquer mal ao mundo. O membro José Flório indignou-se, aquando da aprovação de uma das atas que esteve em votação, perante a sua intervenção, mas a verdade é que ele deveria ter lido a mesma e proposto as correções antes de vir para a sessão. Quanto ao discurso do Partido Social Democrata reafirmou que lhe parece que o mesmo não teve o tom certo, pois a forma como foi proferido não traz pessoas e não vincula. Além disso, o Partido Socialista tem uma posição contrária ao que a bancada do Partido Social Democrata pensa, ou seja, a Câmara Municipal tem tido a postura correta, totalmente transparente, com princípios de democracia e liberdade, respeita a oposição e respeita sempre o que são os interesses maiores do Município. Reiterou, portanto, que não concordava que se faça do Vinte e Cinco de Abril um momento de propaganda política, por não ser o sítio certo e a ter de o fazer que o faça na Assembleia Municipal e que o Partido Social Democrata pretenda que esteja do mesmo lado. Concluiu, dizendo que esta era a sua posição, se a quisesse respeitar tudo bem, se assim não fosse também passaria bem sem isso. —————

——— *José Manuel Lopes Flório* – Usou da palavra para afirmar que tinha ouvido com atenção o Bloco de Esquerda, na sua intervenção, mas tinha de referir que este não conhece os sacrifícios que as empresas passam para ter as portas abertas. No caso ou casos referidos, em vez de ter participado, deveria ter falado com o empresário ou empresários. Disse que o Bloco de Esquerda não está correto na sua forma de atuação, mas ainda assim admirava-o por ser de fora e, em poucos meses, conhecer tão bem o concelho, melhor do que os de vivem cá há mais de cinquenta anos. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. —————

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Após apresentação de cumprimentos, usou da



palavra para responder aos membros da Assembleia Municipal que apresentaram as suas questões. Aos membros Isabel Teixeira, Diego Garcia e Casimiro Loureiro, respondeu que no ano de mil novecentos e noventa saiu um Decreto-Lei que definiu as condições de exploração de lítio e que recentemente tinham saído avisos referentes aos direitos de prospeção e pesquisa, englobando um conjunto de municípios, com inclusão do de Carregal do Sal. Disse que o que estava naquele momento era a prospeção e pesquisa de lítio, podendo abranger outros materiais, numa situação idêntica ao que tinha havido em dois mil e catorze, a propósito da pesquisa de feldspato na Freguesia de Beijós, em que as populações se manifestaram contra e tal não foi avante. A Câmara Municipal nada tinha a ver com o assunto, pois a autorização era proveniente das instâncias governamentais. Mas porque a Câmara Municipal foi eleita para representar a vontade do povo, tinha, entretanto, preparado uma minuta de um abaixo-assinado, que poderia ainda ser aperfeiçoada, de modo a que as pessoas o possam subcrever e enviar para a Direção Geral de Geologia e Minas, manifestando, assim, a sua discordância, no imediato, à pesquisa e prospeção de lítio e outros materiais, tal como se encontrava publicitado. Disse ser o que seria possível fazer neste momento. Se as pessoas entenderem que se deve avançar com um abaixo assinado, o mesmo estava à disposição para esse efeito que poderia ser incrementado através das Juntas de Freguesia. —————

—————Ao membro Manuel António, referiu que este membro da Assembleia não tinha feito um filme novo, mas era a continuação do anterior. Relativamente à situação descrita aquando da formatura no Vinte e Cinco de Abril, afirmou que tinha razão no que tinha afirmado, pois tinha havido, de facto, uma ligeira descoordenação e mau entendido entre si e quem estava a comandar os voluntários em parada, com quem iria falar oportunamente sobre essa situação. Quanto à ETAR e emissários de Currelos, informou já ter chegado o visto do Tribunal de Contas, de ter sido enviado para a empresa adjudicatária o pedido de pagamento de emolumentos devido ao Tribunal de Contas e ter sido requerido o envio do plano

de segurança e saúde da empreitada, sem a aprovação do qual não será possível iniciar a mesma. Disse que a sua vontade é a de muitos, ou seja, a de ter a obra concluída o mais depressa possível, pois se assim fosse provavelmente o membro Diego Garcia não falaria no mau funcionamento das ETAR e não se referiria às empresas como o tem feito, quando por esta ou aquela razão fazem as suas descargas e as estruturas em causa não respondem a essas necessidades. Disse, a propósito, que concordava com a intervenção do membro José Flório, quando referiu que não era correto falar das empresas da forma como o membro Diego Garcia o fazia, tanto mais que os serviços municipais, diariamente, fazem o acompanhamento do funcionamento das mesmas e se mais não é feito, é porque não é possível. Afirmou ser necessário haver todo o cuidado, para que as empresas se sintam bem no concelho de Carregal do Sal e queiram continuar a investir. Quanto à Casa do Passal, referiu-se às últimas diligências, à reunião recente com a Dr.^a Isabel Damasceno, Dr.^a Maria José Castanheira Neves e Eng.^a Cristina Oliveira, técnicas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e à preocupação da Câmara Municipal, porquanto havendo condições de apresentar a candidatura, existe, no entanto, necessidade de apresentar uma declaração de sustentabilidade do projeto, por exigência do respetivo programa operacional comunitário. Informou que as técnicas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro se encontravam a estudar a forma de se poder ultrapassar a questão, pois não via como é que a Câmara Municipal de Carregal do Sal, poderia disponibilizar, por ano, trezentos e cinquenta mil a quatrocentos mil euros para o funcionamento da Casa do Passal. Reafirmou o que já tinha tido oportunidade de dizer, de que a Câmara Municipal não iria fazer esse documento e responsabilizar-se por um pagamento tão elevado, pois as disponibilidades não são muitas para os problemas que existem, a não ser que a Assembleia Municipal assim o impusesse. Relativamente à Ecovia, reiterou o que tinha dito, ou seja, estando aprovados quatrocentos mil euros, só avançará se houver um reforço para seiscentos



mil euros e ainda assim vai haver um esforço financeiro bastante significativo da Câmara Municipal, pois o total de investimento do projeto é da ordem dos novecentos mil euros. Quanto à Envolvente ao Mercado Municipal o projeto está aprovado e será para lançar o procedimento a breve prazo. Quanto ao Mercado Municipal, o projeto aguarda ainda aprovação. Quanto às recuperações das casas destruídas e ou danificadas pelos incêndios florestais, informou que as obras são da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, recordando que esta entidade na região foi responsável pela recuperação de oitocentas casas, o que por certo não foi tarefa fácil, para arranjar projetos e empreiteiros de uma vez só. No concelho, das cinco casas, tinham sido entregues duas e três estavam para ser entregues brevemente. —————

—————Ao membro Casimiro Loureiro, disse ter respondido à questão da pesquisa e prospeção do lítio no concelho. Referiu que iria fornecer os elementos referentes às contas da Feira da Pinha e do Pinhão. Prosseguiu, referindo que, na sua intervenção, lhe tinha dado uma novidade, ao referir que só três feirantes é que fazem os pagamentos nos serviços da Câmara Municipal, tendo dado a palavra à Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges. —————

—————*Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Após apresentação de cumprimentos, a Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges, afirmou que sobre o assunto o que sabia era de quem paga na feira é quem se atrasa nos pagamentos. —————

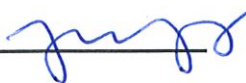
—————*Presidente da Câmara Municipal* – Retomando a sua intervenção, o Presidente da Câmara referiu que os respetivos proprietários e ou exploradores das esplanadas apenas pagam, conforme regulamentação em vigor, as taxas de acordo com o tempo de ocupação. Prosseguiu, referindo não ter entendido as palavras do membro Casimiro Loureiro, a propósito da sessão da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, afirmando que lhe parecia que tinha dito, pelas afirmações que agora proferiu, que o que tinha abordado na sessão não era verdade, afirmando e informando que o que tinha dito

correspondia ao que lhe tinha sido transmitido por membros do Governo, a propósito das datas de início das obras das urgências do Hospital. Disse não ter quaisquer culpas pelo facto de o que tinha dito não ser o que consta no jornal, acrescentando que a informação que obtivera era de que o início das obras não tinha data, tendo sido sugerido marcar uma reunião com o Secretário de Estado do Tesouro, pois era este que estava a bloquear as citadas obras das urgências do Hospital. Referiu-se às palavras do membro Casimiro Loureiro, quando afirmou que a Comunidade Intermunicipal não estava a andar bem, os órgãos não estavam em sintonia, para afirmar que inicialmente não foi votado no cargo que ocupava, mas depois foi eleito, mas se a Assembleia Municipal entender que está a fazer um mau papel, que o diga, pois retira-se do cargo em questão, na medida em que não está agarrado ao poder. —

— Ao membro Diego Garcia disse já ter respondido. —

— Ao membro Sandra Cortês, respondeu às questões suscitadas, identificando muitas outras estradas do Concelho a necessitar de intervenção. O que era comum a outros municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Disse ter sido muito fácil ter ficado com as estradas, o problema agora é reabilitar essas estradas, pois passado uma dezena de anos é preciso reabilitar. Informou que existe um esforço e uma pressão muito grande, por parte dos referidos municípios da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no sentido de pressionar e poder vir a ser enquadrado um financiamento para o efeito no próximo quadro comunitário vinte trinta. Quanto aos rails e à ponte da estrada de Sobral disse que iria verificar. Concluiu, referindo que iriam ser revistas as dezassete ou dezoito pontes existentes no Concelho. Quanto às ARU's, disse que as mesmas seriam para continuar e se não for possível neste ano, será no próximo. —

— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Após apresentação de cumprimentos, informou que a sua intervenção iria ter duas vertentes, uma mais informal e outra política. Relativamente à primeira e a propósito da intervenção do membro Manuel António, afirmou que



jamais poderia concordar que as comemorações do Vinte e Cinco de Abril tinham tido falta de dignidade e de brio, pelo menos tinha entendido dessa maneira a intervenção havida pelo membro Manuel António. Disse gostar de filmes antigos e desafiou a que fossem recordadas as comemorações havidas em mandatos de governo local do Partido Social Democrata, quando as houve e a fazer as respetivas comparações. Disse que as comemorações tiveram a presença dos respetivos representantes partidários, que vestiram a sua pele, com ausência do representante do Partido Popular, o que já era habitual e era assumido, dos alunos da Escola e de outros intervenientes, e os valores de Abril foram bem evidenciados e dignificados, apelando ao que efetivamente estava em causa. Poderia concordar ser possível haver outras comemorações que tivessem outro ânimo, recordando, no entanto, que o programa foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal. Ao membro Sandra Cortês, disse já ter explicado noutras sessões o assunto em causa e acredita que a Câmara Municipal de Tábua disponibilize o transporte nos termos referidos às quartas feiras à tarde. Recordou, no entanto, que tais aulas não são apenas às quartas feiras à tarde e a Câmara Municipal de Carregal do Sal não tem possibilidades de dar resposta, apesar de ter tentado uma solução, em tempos, em articulação com a Associação de Pais. Disse estar disponível para analisar, em termos concretos e no futuro, a situação em causa. Prosseguiu, referindo que iria fazer a parte política da sua intervenção, para na sequência das intervenções havidas por parte dos membros da bancada do Partido Social Democrata, nesta e noutras sessões, se referir à tramitação normal de uma obra/empreitada, mencionando que nem todas as obras que se inscrevem em orçamento, são para realizar no imediato. Existe uma tramitação processual, mais ou menos morosa, de financiamento de programas, quando aplicável, o que não deixa espaço de manobra para que as coisas aconteçam mais céleres. Por vezes existem obras que são feitas e outras que não é possível fazê-las por falta de apoios. O que esta Câmara Municipal garantia, no entanto, é que todas as obras tinham um projeto, o que não tinham encontrado

quando tomaram posse. No seguimento da sua intervenção, desafiou o Partido Social Democrata, a enumerar, de dois mil e dois a dois mil e treze, obras que tenham sido realizadas no primeiro, no segundo e ou no terceiro ano, as que se arrastaram por mais anos e outras que desapareceram dos instrumentos de planeamento, sem qualquer explicação. Baseado no ditado popular de que *quem não se sente não é filho de boa gente*, ilustrou, nas que se arrastaram e desapareceram dos documentos previsionais, a recuperação do traçado da linha da Beira Alta; o novo estaleiro municipal; a recuperação da Capela dos Carvalhais; a criação do Centro Educativo de Cabanas de Viriato; a construção da Extensão de Saúde de Cabanas; a recuperação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários. Das obras feitas à última hora, em vésperas de eleições, a Rua do Rego dos Frades, Rua das Cancelas, Rua da Trofa, Rua da Escola de Alvarelhos, à custa exclusiva da Câmara Municipal e que a Câmara Municipal do Partido Socialista ainda conseguiu candidatar e receber fundos. As coisas têm um prazo, e referiu que não recebia lições de ninguém. Concluiu que nos Executivos do Partido Socialista foram levadas a cabo as obras da Extensão do Centro de Saúde de Cabanas de Viriato; o projeto do canil municipal estava em curso; e a Casa do Passal. Disse ser muito bonito mostrar preocupações em véspera de eleições, visitando edifícios e empresas como a Metalbeiras, que afinal não se deslocalizou para o município de Nelas, mas ainda assim continuavam à espera que o Partido Social Democrata enumerasse quais as empresas que efetivamente tinham ido para outros concelhos. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu, de novo, a palavra aos membros da Assembleia Municipal que quisessem intervir. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para, dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara, referir que, na última sessão desta Assembleia Municipal, o Executivo Camarário desconhecia o protocolo celebrado com a Administração Regional de Saúde do Centro, que esta não cumpriu, para a construção do novo Centro de Saúde de Cabanas de Viriato.

Quanto à situação da sua intervenção sobre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que, de forma alguma, a sua intervenção era no sentido de propor que abandonasse o cargo, pelo contrário, lançava-lhe o repto para, com a sua experiência, de pacificar o que quer que seja dentro da Comunidade, de modo a que volte a ser pioneira em termos e lugares cimeiros ao nível nacional. O facto de ter referido a notícia serviu apenas para ilustrar e evidenciar a necessidade dos presidentes das câmaras falarem a uma só voz. Além de que não devem ser confundidas as competências que pertencem ao Secretário Executivo e as que devem pertencer aos políticos nas pessoas dos seus presidentes. _____

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para agradecer as respostas do Vice-Presidente. Disse que o Vice-Presidente da Câmara não entendeu corretamente a sua intervenção, pois o que pretendeu dizer não foi que não houve dignidade, mas sim que a data em si merecia um outro evento. Prosseguiu, referindo que tinha feito um excelente trabalho de casa, e com o devido respeito, referiu o tempo que passou a vasculhar o passado, para tentar ilustrar que o concelho esteve parado e o Partido Social Democrata nada tinha feito; lançava o desafio de serem ilustradas as grandes obras feitas pelos executivos do Partido Socialista. Concluiu, referindo que não tinha sido ele, nem a bancada do Partido Social Democrata, que em plena campanha eleitoral referiram que todas as ETAR estavam aprovadas e prontas a começar. _____

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para, em jeito de reflexão sobre o Vinte e Cinco de Abril e dos valores de liberdade e democracia e ele associados, referir que: Comemora-se Abril quando se legalizam viagens de privados aos políticos; comemora-se Abril quando se fazem nomeações em família; comemora-se Abril quando há políticos que só consideram as ditaduras do partido da direita. Dirigindo-se ao Vice-Presidente da Câmara, referiu não entender a sua intervenção, pois não se traduziu em nenhuma resposta a nenhum

membro da Assembleia Municipal, sugerindo que em vez de se preocupar com o passado, deveria preocupar-se com o presente e com o futuro. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu, de novo, a palavra à Câmara Municipal.

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Ao membro Casimiro Loureiro respondeu, referindo que efetivamente a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões deveria falar a uma só voz e, no caso, treze falam a uma só voz e só um não o faz. Ao membro Manuel António informou que foi reforçada a comparticipação financeira para a ETAR de Currelos, após diligências havidas. Provavelmente, o tempo de espera, terá valido a pena. Quanto ao facto das ETAR se encontrarem aprovadas, conforme veiculado em campanha eleitoral, efetivamente era assim, mas teria de ser a Câmara Municipal a construir a totalidade o que representaria um esforço financeiro muito significativo e tudo estava a ser feito para se pagar o menos possível e ter o máximo de comparticipação. _____

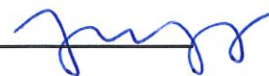
_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para, em resposta ao membro Manuel António, dizer para não se preocupar com o trabalho extra. Ao membro Sandra Cortês referiu que as referências ao passado servem para ilustrar que os projetos não se fazem de um momento para o outro e só são exequíveis quando há recursos para tal. O falar do passado serve para ilustrar e comparar, quando criticam de forma infundada os executivos do Partido Socialista, garantindo que poderá haver obras que não sejam feitas, mas os projetos existem. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro Casimiro Loureiro, referindo não se recordar ter recebido o prospeto sobre a transferência de competências, dando, de seguida, por encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ **APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA**



SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para informar que a Câmara Municipal tinha a apresentação preparada e que primaria por a apresentar, mas que caso a Assembleia Municipal o entendesse poderia prescindir de a apresentar e responder às questões que viessem a ser colocadas, o que veio a ser aceite. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, não se tendo registado quaisquer inscrições, dando, assim, por apreciada a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do município. _____

_____ 3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA _____

_____ APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezoito. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Com o recurso a um trabalho realizado em *power point*, apresentou este ponto da ordem do dia, evidenciando e pormenorizando os aspetos mais relevantes para a boa compreensão, referindo-se às receitas, despesas, limites

de dívida, o não recurso a empréstimos, saldo de gerência, resultados patrimoniais, entre outros. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de discussão deste ponto, aceitando inscrições. —————

—————*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para referir que a posição da bancada do Partido Social Democrata era coincidente com a declaração de voto que passou a ler e que vai ser transcrita em ata, sendo que o voto da bancada do Partido Social Democrata seria de abstenção. —————

—————*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para dizer que o Bloco de Esquerda reconhecia que a saúde financeira da autarquia era boa e melhorou no ano de dois mil e dezoito. O fundo de maneiio é positivo, tendo aumentado mais de quinhentos mil euros do ano de dois mil e dezassete para o ano de dois mil e dezoito. Aumentou também o rácio da liquidez geral e foi reduzida a dívida a curto prazo do Município, sem dúvida que são todas boas notícias. Mas este processo de acumulação de capital tem que ser paralelo a um investimento no desenvolvimento local do Concelho, vai passando o tempo e ainda falta muita coisa por fazer. Espera-se pelas ETAR's, pela resolução da Casa do Passal, pela Ecopista no Concelho, entre outros investimentos. Referiu que existe essa vontade do Executivo nos vários Orçamentos, mas pouco é traduzido na prática. Recordou que o Bloco de Esquerda votou a favor do Orçamento Municipal de dois mil e dezanove porque existem vontades comuns que esperam que sejam efetivadas, mas iriam abster-se neste ponto porque acreditam que existe a necessidade de se verem traduzidos estes números em vários investimentos que continuam pendentes no concelho. —————

—————*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente. As contas gozam de grande saúde financeira. E se não fosse o imperativo legal de estarem orçamentadas uma série de obras, a



taxa de execução seria muito maior, na ordem dos noventa por cento. Estão ao lado do Executivo Camarário, para a priorização das linhas debatidas em campanha e daqui a dois anos cá estariam para fazer o balanço do que foi e do que não foi feito. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para responder ao membro Casimiro Loureiro e à bancada do Partido Social Democrata, na sequência da leitura da declaração de voto, em tudo semelhante à dos membros do Executivo Camarário do Partido Social Democrata, evidenciando que as contas são instruídas de acordo com diretivas superiores e imperativos legais e a ausência dos mapas dos subsídios tem sido a prática seguida em anos anteriores. Quanto aos subsídios da época desportiva, disse não compreender, na medida em que apesar de abranger dois anos, o que estava a ser apreciado era do ano de dois mil e dezoito. Concluiu, referindo que na sua opinião uma coisa é aprovar ou não o orçamento, outra coisa é aprovar as contas. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ Abstenção – 6 (seis) votos; _____

_____ A favor – 14 (catorze) votos. _____

_____ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com seis abstenções dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Sandra Cortês, António Batista e Diego Garcia e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, bem como a apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, que é do

seguinte teor:_____

_____“DECLARAÇÃO DE VOTO_____

_____A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente ao Relato Financeiro 2018 abstém-se pelos factos seguintes:_____

_____1 – Sendo o Relato Financeiro um documento que remete toda a informação que nos permite a correta avaliação do desempenho do município no ano de 2018, constituindo uma oportunidade para explicar as prioridades estratégicas do exercício face ao enquadramento económico e regulamentar, caracterizar a atividade das áreas de negócio e analisar o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro;_____

_____2 – Tendo o Grupo Municipal do PSD votado o Orçamento e GOP para o ano de 2018, podemos agora verificar o grau de execução desse mesmo orçamento:_____

_____a)A nível de receitas o grau de execução global (entre o orçamentado e o executado) fixou-se nos 71,55%;_____

_____b)A nível da despesa o grau de execução global fixou-se nos 48,7%;_____

_____c)Em relação ao ano de 2017, houve uma diminuição no grau de execução, quer na receita, quer na despesa (diminui, na receita 19,72% e na despesa 17,80%; _____

_____3 – Na página que identifica os subsídios a mesma encontra-se em branco, em nossa opinião a mesma deveria ser contemplada com o mapa de subsídios atribuídos no ano de 2018;_____

_____4 – Nas transferências correntes concedidas os valores são no ano de 2018, o que nas associações/clubes federados representa coincidir com 2 épocas desportivas, sendo o valor que é identificado nas transferências correntes diferentes do subsídio para o ano civil identificado, pois esse mesmo colide com partes das duas épocas desportivas”. _____

_____4. **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO**_____

_____2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE



2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta da segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezanove. _____

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo-se que a revisão tinha com a inclusão de um projeto recentemente aprovado, no âmbito de apoios por gastos decorrentes dos incêndios florestais. _____

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de discussão deste ponto, aceitando inscrições. _____

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para referir que a posição da bancada do Partido Social Democrata era coincidente com a declaração de voto que passou a ler e que vai ser transcrita em ata, pelo que o seu voto iria ser de contra. _____

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para solicitar informação sobre se a posição da bancada do Partido Social Democrata era contra a entrada da verba em causa, destinada a fazer face a despesas na consequência dos fogos florestais. _____

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata tinha tido o cuidado de referir que não é pelo acréscimo da verba, mas sim pela distribuição de verbas, e como no início não concordaram, agora também o faziam da mesma forma. _____

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* - Usou da palavra para referir que o que tinha entendido era de que a bancada do Partido Social Democrata não aceitava a inclusão da citada verba para o fim em causa. _____

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para esclarecer que a verba em causa era uma verba consignada aquele fim e que não poderia ser utilizado noutro projeto ou ação. _____

———Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado:—————

———Contra – 5 (cinco) votos;—————

———Abstenção – 0 (zero) votos;—————

———A favor – 15 (quinze) votos.—————

———A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, Manuela Campos, Sandra Cortês e António Batista e quinze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, do seguinte teor:———

———“DECLARAÇÃO DE VOTO—————

———A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à 2ª revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2019, vota contra pelos factos seguintes:—————

———1-Apesar da postura construtiva por parte dos Vereadores do PSD, apresentando proposta para incluírem no orçamento, nenhuma delas mereceu acolhimento pelo executivo, apesar de, inequivocamente, se traduzirem num claro benefício para os munícipes;—————

———3-Porque se trata de dois Documentos em tudo similares aos do ano que agora finda e que se traduziram por quase paralisação das atividades do município;—————

———4-Por se tratar de um documento que, claramente, não cumpre o programa com o PS se apresentou ao eleitorado;—————



———5-Por se tratar de documentos cuja execução e responsabilidade cabem em exclusivo ao Executivo pela sua não aceitação de alteração a que o PSD não se reveja no mesmo, prevendo mesmo uma taxa de execução do mesmo ainda mais baixa do que a verificada no ano de 2018”. —————

———**5. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL**———

———REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DOS DONATIVOS FINANCEIROS – CONTA SOLIDÁRIA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo-se à indicação, por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sobre a necessidade de proceder à elaboração e aprovação do regulamento em causa. —————

———Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: unanimidade. —————

———A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———**6. PROVEDOR DO MUNÍCIPE**———

———APRECIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ATIVIDADE DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE, REFERENTES AOS ANOS DE 2017 E 2018. —————

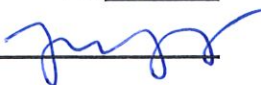
———O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar as explicações tidas

por adequadas à compreensão do ponto em análise, referindo ter-se dois relatórios, declarando aberto o período de discussão deste ponto, aceitando inscrições. —————

————— *Vice-Presidente da Câmara* – Com a autorização do Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra para dar informações acerca do relatório do ano de dois mil e dezassete, que já tinha estado numa reunião de Câmara Municipal, em tempo, tendo sido necessário proceder a alguns ajustamentos para cumprir, por exemplo, a lei geral da proteção de dados. —————

————— *Manuel Tavares dos Santos* – Usou da palavra para reiterar os votos de rápida recuperação ao senhor Provedor do Município. Disse estar-se, naquele ponto e face aos documentos recebidos, em presença de um relatório de atividade, do ano de dois mil e dezassete e outro relatório de inatividade, do ano de dois mil e dois mil e dezoito. No primeiro existem efetivamente questões apresentadas por munícipes, com factos concretos, enquanto que o segundo, contém considerações com exemplos, são feitos juízos de valor, não podendo considerar-se um relatório de atividade. Não está em causa a pessoa do senhor Provedor, o que reafirmou na sua intervenção, mas sim o relatório por si produzido referente ao ano de dois mil e dezoito, porquanto, no seu entendimento e da bancada do Partido Social Democrata, existiam considerações e juízos de valor que não deveriam ser feitos, podendo confundir-se com cartas de interesse do Executivo Camarário. Concluiu, referindo que os dois relatórios eram bastante diferentes, e o segundo não continha qualquer atividade, podendo questionar-se, face a essa ausência de atividade, se a continuação do Provedor do Município fazia sentido. —————

————— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Começou por desejar, em nome do Bloco de Esquerda, as rápidas melhoras ao senhor Provedor do Município. Prosseguiu, referindo que o Bloco de Esquerda considera a figura do Provedor do Município de extrema importância já



que é uma garantia na defesa e na prossecução dos interesses e direitos legítimos dos cidadãos e das cidadãs perante os órgãos e serviços do município. Relativamente ao relatório da atividade de dois mil e dezassete, é de salientar as preocupações pelo aumento de ninhos de vespas asiáticas que destroem as colmeias dos apicultores do Concelho; sabia que a autarquia já tomou medidas, mas gostaria que o senhor Presidente fizesse um ponto de situação sobre este problema. Relativamente ao ano de dois mil e dezoito, registou a preocupação dos munícipes na demora do destino a dar ao antigo mercado municipal e perguntou se o executivo já sabe o que se está a pensar fazer com este espaço. Salientou também as preocupações relativas ao Centro Cultural e lembrou que o Bloco apresentou uma proposta para o Orçamento Municipal de dois mil e dezoito para converter este espaço num pequeno cinema com atividade regular; face a este relatório, poder-se-ia começar a pensar se este investimento valeria a pena ou não. —————

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Socialista estava, uma vez mais, em desacordo com a bancada do Partido Social Democrata e passaria a explicar porquê. Entretanto e por ter sido questionado sobre o facto de intervir em último, o membro Paulo Catalino disse ser perfeitamente natural, na medida em que lhe parecia ser o momento mais adequado, pois estaria para defender a bancada do Partido Socialista e o Executivo Camarário das críticas que viessem a ser feitas e, dessa forma, responderia de uma vez só sem necessidade de voltar uma segunda vez. Prosseguindo, disse que, por um lado, a bancada do Partido Social Democrata não coloca em causa a idoneidade do senhor Provedor, mas depois, no argumento, o que faz é colocar em causa a idoneidade do Provedor. Recordou que o senhor Provedor já foi Presidente da Câmara e no seu papel faz os comentários que entende oportunos e seria impensável que uma pessoa com este perfil e prestígio político e moral se prestasse a fazer um frete a qualquer Executivo Camarário. Só quem não percebe de que pessoa é que se estava a falar é que poderia vir

dizer que o senhor Provedor viria àquele espaço ler a cartilha em nome do Executivo Camarário. Tal como tinha sido sugerido em anterior sessão, era importante pedir ao senhor Provedor, isso sim, que tivesse uma intervenção mais ativa, de forma a auscultar os munícipes, mas não se pode reduzir um relatório a uma carta de intenções como foi referido, de quem merece todo o respeito desta Assembleia Municipal. Concluiu, referindo que quando o senhor Provedor foi Presidente da Câmara, foi-o através de um partido de direita e, estando, atualmente a prestar funções com o apoio do Partido Socialista, só o enobrece e muito o dignifica. _____

_____ *Manuel Tavares Santos* – Usou da palavra para afirmar que pelo respeito que o Dr. Artur Jorge Saraiva lhe merece e à bancada do Partido Social Democrata, não iria responder em tom tão alto como o Dr. Paulo Catalino o tinha feito. Reafirmou que não estava em causa a pessoa do Dr. Artur Jorge Saraiva. Estavam em causa dois relatórios diferentes. E se não há atividade não se podem fazer considerações. Concluiu, para referir que tendo a bancada do Partido Social Democrata sido acusada de estar em campanha, notava-se bem quem é que estava em campanha política. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado e encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, apreciou este ponto da ordem do dia, referente aos Relatórios do Provedor do Município dos anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, nos termos da documentação apresentada, que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria entrar no ponto seguinte

----- **7 – EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL**-----

_____ **CONSTITUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AGUAS RESIDUAIS, EIM, SA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** _____

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta referente à constituição e participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, S.A. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dizer que o assunto era idêntico ao que tinha sido apresentado e aprovado anteriormente, agora apenas com quatro municípios, sem a inclusão de Mortágua. Reafirmou tratar-se apenas de uma intenção de constituir a empresa EIMAR, para o processo ser definitivamente estudado pela ERSAR, agora com os quatro municípios, sendo que num futuro próximo, já com todos os pareceres e documentos necessários, o assunto virá de novo a esta Assembleia Municipal e será definitivamente decidido a constituição e pertença à EIMAR. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de discussão deste ponto, aceitando inscrições. —————

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para dizer que relativamente à constituição da EIMAR se estava no ponto em que se estava em dezembro último., reiterando que a bancada do Partido Social Democrata não era apologista da criação de uma nova empresa que, necessariamente, vai ter uma nova estrutura e vai onerar todos os municípios que dela farão parte. Seria mais simples que o Município avançasse com a construção das novas ETAR, para obviar aos problemas ambientais. Recordou o que tinha sido decidido na reunião de Câmara Municipal de um de março findo, no sentido de reagendar o assunto em reunião posterior, antes de ser apreciado pela Assembleia Municipal. Disse que os membros da Assembleia Municipal tinham o direito de saber quais as projeções e o impacto da EIMAR, no seio desses municípios. Leu de seguida a declaração de voto, que será incluída na ata. ———

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para referir que se continuava sem a informação necessária sobre esta empresa intermunicipal e o Bloco de Esquerda entendia a posição dos órgãos autárquicos de Mortágua ao rejeitar este processo neste ponto.

Voltou a questionar, como se vai dar parecer favorável para avançar um processo do qual não se tem a informação realmente necessária? A posição do município de Mortágua é legítima também devido ao histórico que estes cinco municípios têm relativamente à concessão e privatização da distribuição de água que tanto prejuízo tem dado as populações que pagam das águas mais caras do país e esta situação ainda se agrava mais quando temos uma empresa chamada Luságua a pairar por estes concelhos. A Luságua é uma empresa privada gestora de Estações de Tratamento de Águas Residuais, pertence ao mesmo grupo económico que as Águas do Planalto e já faz gestão de algumas ETARs do Concelho de Tondela e o Concelho de Santa Comba Dão também requiere os seus serviços com bastante recorrência. Concluiu, dizendo não quer ver o mesmo filme que se passou com as Águas do Planalto, mas com estas situações é difícil. —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar o Partido Socialista tem uma posição contrária à do Partido Social Democrata. Entende que pode ser uma solução viável para resolver o problema das águas residuais do Concelho. Disse pretender que o Partido Social Democrata respondesse a duas questões: a primeira, está ou não preocupado e entende importante resolver o problema das águas residuais do concelho de Carregal do Sal? A segunda, sendo importante, como entende o Partido Social Democrata ser possível resolver este problema sem encontrar parcerias e ou financiamentos, cuja resolução do problema padece de uma resposta urgente do Executivo Camarário? —————

————— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que o Partido Social Democrata estava mais preocupado do que o Partido Socialista em resolver o problema das ETAR. Se fosse pela opinião do Partido Social Democrata, o que aconteceu nos municípios de Nelas e de Castro Daire, também poderia acontecer em Carregal do Sal, não vendo quaisquer problemas em a Câmara Municipal de Carregal do Sal recorrer à banca para se autofinanciar, tendo em vista a construção, o mais depressa possível de todas as ETAR, em vez de



ser uma empresa a fazer isso, mas que serão sempre os municípios a pagar os empréstimos.

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para se referir à intervenção do membro Casimiro Loureiro e afirmar que estava claro como é que o Partido Social Democrata resolveria os problemas das águas residuais do Concelho. Servir-se do orçamento do município, ir à banca e executar. A proposta que estava em cima da mesa é constituir uma empresa intermunicipal, conseguir um financiamento maior, mais de oitenta por cento para a realização das ETAR, que têm, no seu conjunto, um custo de mais de oito milhões de euros. Sendo o orçamento municipal de montante na ordem dos nove milhões, pediu para que a bancada do Partido Social Democrata lhe explicasse como é que, através do orçamento municipal, se resolve este problema. Concluiu, dizendo que não resolve, sugerindo ao Partido Social Democrata que se deixasse de retórica política e viesse para a realidade, referindo que teriam de ser sérios na discussão dos problemas. Não se pode estar contra sem se saber porque é que se está contra e sem se saber apresentar soluções. ———

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para pedir ao Partido Socialista que se assumia e diga o que é que andou a fazer durante seis anos, já que os municípios de Nelas e de Castro Daire conseguiram fazer candidaturas e ter participações para as ETAR, não devendo desculpar-se sistematicamente com o passado. Disse que a promessa foi do Partido Socialista para a construção das ETAR, sendo que a EIMAR poderá ser a versão dois da Águas do Planalto e quem paga os encargos são os municípios. ———

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que a EIMAR não tem nada a ver com a Águas do Planalto e nada tem a ver com o contrato do abastecimento de água. Prosseguiu, referindo que quando chegou à Câmara Municipal se tivesse os projetos, teria feito, provavelmente, o que fizeram Nelas e Castro Daire. Mas o Executivo Camarário teve de os fazer, partindo do zero. Pediu para que fossem realistas e falassem verdade.

——— *Carlos Alexandre Pais Batista* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que

o exemplo de Nelas não era válido para este Concelho e o financiamento ficou a dever-se à existência de uma empresa altamente poluente, pois se assim não fosse teriam o mesmo problema de Carregal do Sal. Quanto à EIMAR, disse que será mais fácil, porquanto os custos fixos da exploração e manutenção seriam a dividir por quatro municípios; é mais vantajoso do que ser só um a pagá-los. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara, recordando, com o recurso a um estudo por si elaborado, o que não tinha sido feito desde dois mil e dois até ao ano de dois mil e treze, pelos Executivos Camarários do Partido Social Democrata, sendo que a atual Câmara Municipal e a anterior nada encontraram ao nível de projetos, de terrenos e de dinheiro e tiveram que começar do zero. Recordou que o que está em causa é ter a possibilidade de ter um financiamento bastante maior, com a empresa EIMAR, na ordem dos oitenta e cinco por cento de comparticipação, comparativamente a uma redução significativa desses fundos se as obras forem feitas pelo município de Carregal do Sal. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para sugerir ao membro Casimiro Loureiro para ler o último Jornal do Centro Nelas Carregal do Sal, para saber o que se passou numa reunião de Câmara do município a que se referiu, e questionar se é isso que pretende ver neste Concelho. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 5 (cinco) votos; _____

_____ Abstenção – 2 (dois) votos; _____

_____ A favor – 13 (treze) votos. _____

_____ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, Manuela Campos,



Sandra Cortês e António Batista, duas abstenções dos membros Diego Garcia e José Flório e treze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à constituição e participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, SA, à base programática dos respetivos estatutos e ao modelo de agregação e de gestão delegada da recolha e tratamento de águas residuais, para a prestação de serviços de saneamento de águas residuais urbanas entre os municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.-

———A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos termos seguintes:—————

———“DECLARAÇÃO DE VOTO—————

———A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à constituição e participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, SA, vota contra a sua constituição pelos factos seguintes:—————

———1 – Nada justifica a criação de uma empresa com capitais públicos e de direito privado, como intuito de efetuar a construção/reestruturação das ETARs mediante crédito a conceder;—————

———2 – A criação desta nova empresa vai acarretar um volume de despesa, nomeadamente com o funcionamento dos seus órgãos sociais que têm que ser suportados por todos os munícipes, o que obviamente não é benéfico;—————

———3 – Até ao dia 30-09-2017, foi garantido pelo PS que o assunto das ETARs do Concelho de Carregal do Sal se encontrava com o seu financiamento devidamente assegurado, constatando-se agora que isso não passou de mera retórica política;—————

———4 – A falta de um conjunto importante de anexos que permitam uma análise objetiva e séria sobre a criação desta empresa;—————

———5 – O facto do assunto ter sido discutido em reunião de Câmara no dia 08-03-2019 e ter sido adiada a votação para a reunião seguinte, por falta de documentos que permitissem uma análise objetiva do pressuposto de criação da Empresa, situação que só veio a acontecer em 30-04-2019, não dando quaisquer hipóteses de análise séria;—————

———6 – O facto de, à primeira vista, se tratar de uma Parceria Público Privada, em tudo similar à que originou a concessão das águas de consumo humano, em 1991 pelo executivo do CDS; —————

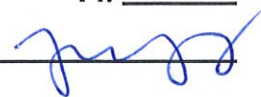
———7 – Pelo facto de todos nós e obviamente dos munícipes estarem surpreendidos com o elevado preço que é cobrado na fatura da água e que, no caso vertente, com toda a certeza se irá refletir igualmente com o preço do tratamento das águas residuais”.—————

----- 8 – **PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS**-----

----- **BLOCO DE ESQUERDA – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – INCLUSÃO DE ANÁLISES À PRESENÇA DE GLIFOSATO NA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO (ABASTECIMENTO DE ÁGUA). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

———O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar por aberto este espaço de debate em torno da Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda sobre a inclusão de análises à presença de glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água).—————

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para apresentar a proposta, referindo que a Plataforma Transgénicos Fora apelou ao Governo para que proíba a venda de herbicidas à base de glifosato, apoie os agricultores e torne obrigatória a pesquisa deste contaminante nas análises à água para consumo. O apelo da plataforma, que junta doze associações nacionais em defesa de uma agricultura sustentável, surge na sequência da divulgação dos resultados de um estudo feito em dois mil e dezoito para testar a presença de glifosato em voluntários portugueses. A plataforma alega que existe uma exposição recorrente



ao herbicida e aponta para uma contaminação generalizada por glifosato em Portugal. As análises de urina contaram com a participação de sessenta e dois voluntários. —————

—————A plataforma pede ao Governo que torne obrigatória a pesquisa de glifosato, já que esta pesquisa incide em vários herbicidas mas não no glifosato, nos parâmetros de qualidade nas análises à água de consumo, algo que, adiantou o Ministério da Agricultura, já foi recomendado pela DGAV à Agência Portuguesa do Ambiente, a entidade responsável pela fiscalização da água para consumo público. Era um bom sinal que o concelho de Carregal do Sal tomasse a mesma posição relativamente às Águas do Planalto. —————

—————*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar estar a favor desta recomendação. —————

—————Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: unanimidade. —————

—————A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda, sobre a Inclusão de Análises à presença de Glifosato na Água destinada ao Consumo Humano (abastecimento de água), nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO—————

—————ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições. —————

—————*Frederic Christophe Gabriel Bogaerts* – Após a apresentação de cumprimentos, referiu que saía daquela sessão da Assembleia Municipal mais aliviado, perante a posição da Câmara Municipal sobre a pesquisa e prospeção de lítio, face aos prejuízos que tais pesquisas, prospeções e explorações a acontecerem, acarretariam para o bom ambiente do Concelho e da Região. —————

——— *Joana Sofia Henriques Nascimento* – Após a apresentação de cumprimentos, agradeceu à Câmara Municipal a posição tomada sobre a pesquisa e prospeção de lítio, havendo muito pouca informação, tendo ficado tranquila. Seria importante informar as populações, referindo ter ido a um encontro/reunião, onde foram criados grupos de trabalho. Concluiu, aludindo ao prazo curto para recolher assinaturas e enviar para as instâncias governamentais e da necessidade de se fazer uma divulgação abrangente. Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Beijós pelo comunicado tornado público. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da reclamação que irá ser subscrita por quem esteja interessado. —————

——— **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco, seis, sete e oito da ordem do dia. –

——— Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade.

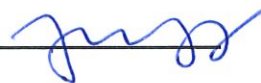
——— **ENCERRAMENTO.** —————

——— Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta minutos. —————

——— E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. —————

O Presidente da Assembleia Municipal,





Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,



Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,



Isabel Clara Amaral Teixeira.

